



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1460232 - RS (2019/0057341-0)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL**  
**ADVOGADO : JOÃO JOAQUIM MARTINELLI - RS045071**  
**AGRAVADO : DARCY DIVA BERMANN LIMA**  
**ADVOGADOS : MARCO ANTONIO MARTINS - RS067506**  
**PRISCILA MEREGALLI - RS075262**

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. AFASTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ.*  
***AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.***

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL por em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE DEVE SER MANTIDA FACE A ESTRITA OBEDIÊNCIA AO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.*

*Alega a agravante que as parcelas de aposentadoria devem ser reajustadas pela mesma variação dos salários dos associados em atividade, desde a data da concessão do benefício ao de cujus. Descabimento. Cabe considerar que a sentença de parcial procedência fundamenta sua decisão nos ditames da Súmula 288 do TST que defere o cálculo do benefício de aposentadoria complementar pelo regulamento vigente na data de admissão e alterações posteriores mais benéficas. Como bem pontuado pela parte agravada, a evolução mensal torna-se inferior ao reajuste concedido espontaneamente pela entidade impugnante/ré a partir de junho de 2000, porque os índices do IGP-DI e do INPC (aplicado no reajuste de benefícios) foram superiores em relação a variação dos salários pagos pelo Banco do Brasil aos funcionários em atividade. Desta sorte, considerando este fato de que as alterações dos índices de reajuste dos benefícios foram mais benéficos aos assistidos, a parte agravada faz jus aos novos índices nos exatos termos da decisão exequenda. Nesse contexto, o cálculo apresentado pela perícia encontra-se correto, tendo em vista que observa a diferença entre o valor do benefício concedido e o revisado no percentual de 12,34% aplicáveis as parcelas mensais a partir do quinquênio prescricional. Percentual de 60% da Pensão. Em que pese o valor da pensão seja de 60% do valor do benefício original, este limite deve ser aplicado a partir da data do falecimento do participante. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (e-STJ, fl. 108)*

A agravante alega violação aos artigos 525, 502, 503 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sustentado o excesso de execução e violação dos limites da coisa julgada.

Sustentou equívoco nos índices aplicados no cálculo realizado pela parte recorrida. Asseverou que o cálculo realizado pela recorrente observou o regulamento vigente, consoante art. 58 do Estatuto de 1972.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 227/235).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Inicialmente, apresenta-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022, do CPC/15 se faz de forma genérica, não havendo a demonstração clara dos pontos do acórdão que se apresentam omissos, contraditórios ou obscuros.

Sabe-se que a agravante apenas afirma que não houve manifestação quanto aos artigos 502, 503 e 525, do CPC/15. Contudo, não houve a indicação precisa das omissões não sanadas pelo Tribunal de origem, de modo que aplica, assim, o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.*

*2. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. É inviável a análise de teses alegadas apenas nas razões do regimental por se tratar de evidente inovação recursal.*

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 578.636/RS, Terceira Turma, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 10/03/2015, DJe 16/03/2015 - grifou-se)

Ademais, a agravante alega violação aos limites da coisa julgada no presente feito. Saliencia que ao invés da parte agravada evoluir os seus cálculos mês a mês, ela divide os complementos, apurando uma variação de 12,34%. Aduz que tal forma é equivocada, visto que os índices de reajuste a serem aplicados durante o período de cálculo são diferentes.

Contudo, constou do acórdão recorrido que:

*Contudo, os argumentos da agravante não encontram guarida, eis que ofende a coisa julgada. Segundo, a informação trazida pelo Chefe da Contadoria desta Casa, os cálculos apresentados pelo perito do juízo, fls. 45/49, trazem a revisão do benefício da autora segundo o Estatuto de 1967 e, ao confronto com aquele efetivamente pago, submete as diferenças resultantes à correção monetária a partir de cada parcela e juros a contar da citação, tudo conforme o constante no título judicial. Ainda, esclarece que acertadamente leva o cálculo até o depósito judicial e após, ao que se deduz, até a data da apresentação do cálculo, tendo em vista a falta de implementação dos novos valores à folha de pagamento da autora. Cabe considerar ainda que a sentença de parcial procedência fundamente sua decisão nos ditames da Súmula 288 do TST que defere o cálculo do benefício de aposentadoria complementar pelo regulamento vigente na data de admissão e alterações posteriores mais benéficas. Como bem pontuado pela parte agravada, a evolução mensal torna-se inferior ao reajuste concedido espontaneamente pela entidade impugnante/ré a partir de junho de 2000, porque os índices do IGP-DI e do INPC (aplicado no reajuste de benefícios) foram superiores em relação a variação dos salários pagos pelo Banco do Brasil aos funcionários em atividade. Desta sorte, considerando este fato de que as alterações dos índices de reajuste dos benefícios foram mais benéficos aos assistidos, a parte agravada faz jus aos novos índices nos exatos termos da decisão*

*exequenda. Nesse contexto, o cálculo apresentado pela perícia encontra-se correto, tendo em vista que observa a diferença entre o valor do benefício concedido (R\$ 1.881,62) e o revisado (R\$ 2.113,85) no percentual de 12,34% aplicáveis as parcelas mensais a partir do quinquênio prescricional. No que tange a pensão, salienta que deve a parte autora incidir sobre a diferença devida o percentual de 60% de sua cota de pensionista, conforme os normativos da PREVI. (e-STJ Fl.114) Documento recebido eletronicamente da origem. (e-STJ, fls. 113/114 - grifou-se)*

Do excerto em destaque, infere-se que a Corte local firmou a premissa de que os argumentos trazidos pela parte agravante ofendem a coisa julgada.

Diante das circunstâncias fáticas adotadas pelo Tribunal de origem, inviável, neste caso, a apreciação da fundamentação adotada, de modo que não é possível rever o entendimento anteriormente apresentado.

Como se vê, resta patente que a revisão do entendimento a que chegou o Tribunal de origem quanto à existência de coisa julgada, exige a análise das questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades do caso concreto, o que encontra óbice na Súmula n.º 7/STJ.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.*

*1. Para suplantar a cognição exarada pela Corte estadual no sentido de que a liquidação se deu dentro dos limites da coisa julgada, seria necessário a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permeiam a demanda, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.*

*2. A jurisprudência é firme no sentido de que a correção monetária e os juros de mora, como consectários legais da condenação principal, possuem natureza de ordem pública e podem ser analisados pelas instâncias ordinárias até mesmo de ofício, o que afasta suposta violação do princípio do non reformatio in pejus. Precedentes.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1367742/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/11/2019, DJe 27/11/2019 - grifou-se)*

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECONHECIMENTO DO DIREITO ADQUIRIDO À INCORPORAÇÃO DO IPC DE 84,32% NO REAJUSTE DO BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTERIORMENTE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF. COISA JUGADA. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C" PREJUDICADA.*

*1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão proferida pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do recurso. Afastado o óbice processual.*

*2. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Especial, analisar eventual contrariedade a preceito contido na Constituição Federal, nem uniformizar a interpretação de matéria constitucional, porquanto seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.*

*3. Em relação ao mérito, para analisar o pedido de existência de coisa julgada, será necessário o reexame de provas, o que é impossível nos estritos limites de cognição do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. O óbice da Súmula 7 do STJ atinge também o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição da República porque impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do*

*acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.*

*5. Agravo Interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1495935/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/11/2019, DJe 19/12/2019 - grifou-se)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NULIDADE DA CITAÇÃO. COISA JULGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 7/STJ. IMPROVIMENTO.*

*1.- Embora rejeitando os Embargos de Declaração, o Acórdão recorrido examinou, motivadamente, todas as questões pertinentes, logo, não há que se falar em ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil.*

*2.- Não se admite, em sede de Recurso Especial, a aferição do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, ou a verificação de sucumbência mínima para efeito de fixação de honorários advocatícios. Tais questões não prescindem do revolvimento de matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ.*

*3.- Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da validade da citação e da inexistência de coisa julgada seria necessário reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, o que é defeso nesta fase recursal a teor da Súmula 7 do STJ.*

*4.- Agravo Regimental improvido.*

*(AgRg nos EDcl no AREsp 466.840/PA, Terceira Turma Rel. Ministro Sidnei Beneti, julgado em 27/05/2014, DJe 13/06/2014 -grifou-se)*

Além disso, sobre a alegação de excesso de execução, o Tribunal de origem, ponderou que:

***Diverge a entidade/agravante dos cálculos de liquidação de sentença***

*apresentados pela perícia, alegando existir excesso de execução. Refere que as parcelas de aposentadoria devem ser reajustadas pela mesma variação dos salários dos associados em atividade, desde a data da concessão do benefício ao de cujus (05/05/1989). No feito a sentença julgou parcialmente procedente a ação para conceder a autora o direito de manutenção em seu favor das disposições do Regulamento de 1967 e subsequentes alterações que lhe fossem favoráveis para condenar a ré a revisar o benefício da autora com observância do Estatuto de 1967 e Circular PREVI 506/75, contemplando as alterações subsequentes, desde que mais benéficas. Ainda, condeno a ré ao pagamento de diferenças de pensão devidas à autora em parcelas vencidas e vincendas, observada a prescrição quinquenal. A impugnação ao cumprimento de sentença foi julgada procedente em parte homologando as contas trazidas pelo perito às fls. 182/186, fundamentando que o mesmo espelha o título judicial exequendo nos seguintes termos:(...)“Diante da sentença transitada em julgado, vejo que o cálculo apurado pela perícia observou os limites da decisão proferida, assim como os regramentos estatutários vigentes, considerando as alterações mais benéficas para a pensionista, apurando o saldo credor em favor do impugnado no valor de R\$ 130.085,87, em julho de 2015 (fls. 182/186) e, considerando-se um cálculo que contemplou honorários na monta de R\$ 18.580,88 (Súmula 111/STJ) e “abrange a diferença de pensão (novo benefício de pensão, descontados os valores já recebidos pela Autora, conforme documentação constante do ANEXO I) devida desde a data do depósito judicial efetuado pela Ré – 7/2015, no valor de R\$ 147.575,92 (fl. 703)” (fl. 129). **Daí, após o abatimento do valor depositado em Juízo, sobreveio um crédito de R\$ 1.090,83 na data do depósito. Ademais, como não houve implante em folha de pagamento das diferenças deferidas em favor da autora, de julho de 2015 a agosto de 2017 acumulou-se outro crédito, no montante de R\$ 44.195,17 (fl. 130) (e-STJ, fls. 112/113 - grifou-se)***

Sendo assim, o acolhimento da pretensão recursal no sentido de rever o alegado excesso de execução, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas



carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. "O acolhimento da pretensão recursal no sentido de considerar necessária a substituição da penhora, bem como o alegado excesso de execução, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ." (AgInt no AREsp 223.075/SP, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 14/03/2017, DJe de 27/03/2017).*

*2. Na espécie, o eg. Tribunal a quo, com arrimo no acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu que não houve excesso ao ampliar a penhora para alcançar também veículos do executado, assentando que recaíam outras constrições sobre o imóvel do agravante já penhorado. A pretensão de alterar tal entendimento, para reconhecer o suposto excesso de penhora, considerando as circunstâncias do caso concreto, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, consoante preconiza a Súmula 7/STJ.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1503178/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 29/10/2019, DJe 19/11/2019)*

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intime-se.

Brasília, 25 de março de 2020.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator